

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 007/2019-PGJ, DE 10 DE MAIO DE 2019.**

Altera o Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no § 5º do artigo 4º da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar as atribuições, nomenclatura e subordinação do cargo de Chefe de Setor, na função Chefe do Setor de Apoio Direto ao Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS – 106, que constam no Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Alterar as atribuições da Função de Confiança – FC4, símbolo MPFC - 304, que constam no Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Alterar as atribuições, requisitos para investidura, nomenclatura e subordinação do cargo de Chefe de Departamento, na função Chefe do Departamento de Apoio Jurídico da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS – 104, que constam no Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 4º Alterar as atribuições do cargo de Chefe de Secretaria, na função Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, símbolo MPDS - 102, que constam no Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 5º Alterar as atribuições do cargo de Secretário-Geral, na função Secretário-Geral, símbolo MPDS - 101, que constam no Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, para que passem a vigorar conforme o Anexo V desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 10 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

Anexo I da Resolução nº 007/2019-PGJ, de 10.5.2019.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE SETOR	CHEFE DO SETOR DE EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO DE APOIO JURÍDICO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	MPDS-106
SUBORDINAÇÃO: DEPARTAMENTO DE APOIO JURÍDICO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Chefiar todas as atividades de seu setor, organizando e orientando os trabalhos a este relacionados, controlando o desempenho dos servidores, para assegurar o desenvolvimento normal das rotinas de trabalho, cabendo-lhe, ainda: 1. Controlar e acompanhar os expedientes judiciais e extrajudiciais submetidos ao Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça. 2. Elaborar minutas em procedimentos administrativos e demais expedientes do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça		

3. Desenvolver estudos e pesquisas de interesse do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça. **4.** Controlar o arquivamento de dados documentais do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça. **5.** Elaborar e apresentar relatórios das atividades desenvolvidas no setor. **6.** Auxiliar na organização, orientação e execução das atividades do departamento, mantendo intercâmbio com os demais setores da Procuradoria-Geral de Justiça, visando a agilização dos trabalhos. **7.** Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela chefia superior.

REQUISITOS PARA INVESTIDURA

Ensino Médio Completo.

Anexo II da Resolução nº 007/2019-PGJ, de 10.05.2019.

FUNÇÃO DE CONFIANÇA – FC4	SÍMBOLO MPFC - 304
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES	
1. Participar como membro da Comissão Permanente de Licitação ou desempenhar atividades relativas à expedição de ofícios e documentos oficiais; 2. Cumprir e fazer cumprir as leis, os decretos, os atos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades superiores; 3. Manter seus superiores imediatos permanentemente informados sobre o andamento das atividades da unidade em que atua; 4. Realizar toda e qualquer atividade administrativa necessária ao regular andamento dos trabalhos da área em que atua; 5. Executar outras atividades correlatas.	
REQUISITOS PARA INVESTIDURA	
Ensino Superior Completo.	

Anexo III da Resolução nº 007/2019-PGJ, de 10.05.2019.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE DEPARTAMENTO	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE APOIO JURÍDICO AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	MPDS-104
SUBORDINAÇÃO: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Ao Chefe do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça compete o planejamento, acompanhamento, controle da execução e a supervisão técnica de sua área, cabendo-lhe, ainda: 1. Prestar auxílio técnico-jurídico às atividades do Procurador-Geral de Justiça, na promoção de pesquisas de legislação, jurisprudência e doutrina, para emissão de decisões e demais atos. 2. Acompanhar a tramitação de processos de interesse do Procurador-Geral de Justiça. 3. Proceder ao controle de documentos judiciais e extrajudiciais submetidos à apreciação do Procurador-Geral de Justiça. 4. Auxiliar na organização, orientação e execução das atividades do Procurador-Geral de Justiça, mantendo intercâmbio com os demais setores da Procuradoria-Geral de Justiça, visando a agilização dos trabalhos. 5. Analisar os documentos e procedimentos submetidos ao Procurador-Geral de Justiça. 6. Auxiliar o superior imediato na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões. 7. Elaborar minutas e atos que devam ter a assinatura do Procurador-Geral de Justiça. 8. Colaborar com o Procurador-Geral de Justiça nas decisões em processos administrativos de sua competência. 9. Promover a avaliação de desempenho dos servidores lotados no respectivo Departamento. 10. Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo, graduação em Ciências Jurídicas.		

Anexo IV da Resolução nº 007/2019-PGJ, de 10.05.2019.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE SECRETARIA	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA	MPDS - 102
SUBORDINAÇÃO: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
1. Dirigir, coordenar, supervisionar e orientar as atividades de: a) prestação de assistência técnica direta e imediata ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições e nos compromissos oficiais e sociais; b) cumprimento da agenda oficial e das audiências do Procurador-Geral de Justiça; c) agendamento das audiências da Assessoria Especial e das Diretorias de Secretarias,		

para despacho do expediente administrativo de atribuição do Procurador-Geral de Justiça; **d**) recepção, preparação e distribuição dos expedientes encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, dando-lhe a devida destinação, bem como acompanhamento, tramitação e cumprimento das ordens dele emanadas; **e**) controle da tramitação de expedientes e atos encaminhados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais Instituições; **f**) cumprimento dos prazos de pronunciamentos, pareceres e pedidos de informações de competência do Procurador-Geral de Justiça, bem como respostas às notificações do Tribunal de Contas do Estado; **g**) elaboração de minutas de expedientes oficiais do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso; **h**) acompanhamento das atividades relacionadas às atribuições do Procurador-Geral de Justiça no exercício das funções de Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público e da Comissão de Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público. **2.** Auxiliar o Procurador-Geral de Justiça nas seguintes atribuições: **a**) elaboração da escala de férias individuais dos membros do Ministério Público, assegurando a continuidade do serviço, observado o que dispõe o art. 23, inciso II, da Lei Complementar nº 72/94; **b**) designação dos Promotores de Justiça para assegurar a continuidade dos serviços, em casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou em caráter excepcional, por necessidade momentânea, para auxiliar o titular, se houver a anuência deste, na hipótese de volume excessivo de feitos; **c**) indicação ao Procurador Regional Eleitoral de Promotores de Justiça para atuação perante a Justiça Eleitoral; **d**) concessão de férias remanescentes ou compensatórias e licenças aos membros do Ministério Público Estadual. **3.** Acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Ministério Público, junto aos Poderes Legislativos federal, estadual e municipal, prestando informações ao Procurador-Geral de Justiça. **4.** Acompanhar processos judiciais de interesse institucional nos Tribunais Superiores e Estadual, bem como no Supremo Tribunal Federal, prestando informações ao Procurador-Geral de Justiça. **5.** Assessorar o Procurador-Geral de Justiça no relacionamento com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como demais Instituições. **6.** Acompanhar os procedimentos de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em tramitação no Conselho Nacional do Ministério Público e no Conselho Nacional de Justiça. **7.** Elaborar os atos de competência privativa do Procurador-Geral de Justiça. **8.** Coordenar, orientar e acompanhar os serviços relacionados às seguintes áreas: Assessoria de Comunicação, Assessoria de Revisão, Assessoria Militar, Departamento Auxiliar dos Órgãos Superiores, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Distribuição e Acompanhamento Processual, Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Departamento de Apoio Institucional da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e Assessoria para Assuntos Jurídicos. **9.** Efetuar despachos de mero expediente e impulso de processos administrativos, tais como a determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos autos e documentos para análise dos órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Auxiliares do Ministério Público. **10.** Promover estudos para elaboração de minutas e expedientes oficiais do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso. **11.** Planejar e coordenar as ações necessárias para o aperfeiçoamento da *home page* do Ministério Público na Internet, bem como adotar medidas para a inserção de dados diretamente pelos órgãos do Ministério Público. **12.** Propor planos e programas de trabalho para o gabinete do Procurador-Geral de Justiça e das Assessorias que lhe são vinculadas. **13.** Assinar correspondências, ressalvadas as de competência de autoridade superior. **14.** Controlar a frequência dos servidores lotados no gabinete do Procurador-Geral de Justiça. **15.** Promover a avaliação de desempenho dos servidores em exercício no gabinete do Procurador-Geral de Justiça. **16.** Exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

REQUISITOS PARA INVESTIDURA

Cargo privativo de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Anexo v da Resolução nº 007/2019-PGJ, de 10.05.2019.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
SECRETÁRIO-GERAL	SECRETÁRIO-GERAL	MPDS-101
SUBORDINAÇÃO: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
<p>1. Dirigir, planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades administrativas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, além de: a) prestação de assistência técnica direta e imediata ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições e nos compromissos oficiais e sociais; b) cumprimento da agenda oficial e das audiências do Procurador-Geral de Justiça; c) agendamento para despacho de expedientes administrativos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça; d) recepção, preparação e distribuição dos expedientes, de ordem administrativa, encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, dando-lhe a devida destinação, bem como acompanhamento, tramitação e cumprimento das ordens dele emanadas; e) controle da tramitação de expedientes administrativos dentro da Procuradoria-Geral de Justiça; f) controle do cumprimento dos prazos de pronunciamentos, pareceres e pedidos de informações de competência das unidades subordinadas; g) elaboração de minutas de expedientes oficiais, de ordem administrativa, do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso; h) apoio na execução das atividades funcionais dos órgãos superiores do Ministério Público e de assessoramento à função institucional do Procurador-Geral de Justiça; i) provisionamento para que os órgãos que lhe são vinculados funcionalmente tenham disponíveis para a execução de suas atribuições os recursos humanos e materiais e os serviços administrativos básicos. 2. Elaborar os atos, de ordem administrativa, de competência privativa do Procurador-Geral de Justiça. 3. Coordenar, orientar e acompanhar os serviços relacionados às seguintes áreas: Secretarias de Administração, Finanças e Tecnologia da Informação; Departamento de Engenharia, Departamento de Auditoria Interna, Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça, Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, Assessoria Técnico-Jurídica, Cerimonial e Comissão Permanente de Licitação. 4. Efetuar despachos de mero expediente e impulso nos documentos e processos administrativos, tais como a determinação de registro e autuação de documentos, encaminhamento dos expedientes para análise dos órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Auxiliares do Ministério Público. 5. Promover estudos para elaboração de minutas e expedientes oficiais do Procurador-Geral de Justiça, respondendo por sua regular divulgação, autuação e tramitação, quando for o caso. 6. Propor planos e programas de trabalho para a</p>		

Secretaria-Geral e para as unidades que lhes são vinculadas. **7.** Propor ao Procurador-Geral de Justiça normas de funcionamento das unidades subordinadas, fixando-lhes as áreas de atuação, quando for o caso. **8.** Baixar normas de funcionamento, bem como coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas. **9.** Solicitar informações a outros órgãos ou entidades. **10.** Responder, conclusivamente, às consultas formuladas pelos órgãos da administração sobre assuntos de sua competência. **11.** Decidir os pedidos de certidões e vista de processos administrativos. **12.** Conduzir os processos administrativos ou sindicâncias de funcionários e servidores do Ministério Público, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais. **13.** Processar, controlar e acompanhar a movimentação interna e externa de processos administrativos e documentos, mediante tramitação direta entre diferentes órgãos, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça. **14.** Decidir assuntos relativos à licitação, exercendo as atribuições legais, bem como aplicar penalidades, exceto a de inidoneidade para licitar ou contratar. **15.** Exercer outras atribuições decorrentes de sua responsabilidade de supervisão e direção dos serviços administrativos. **16.** Assinar correspondências, ressalvadas as de competência de autoridade superior. **17.** Controlar a frequência dos servidores subordinados. **18.** Promover a avaliação de desempenho dos servidores subordinados em exercício.

REQUISITOS PARA INVESTIDURA

Cargo privativo de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

RESOLUÇÃO Nº 008/2019-PGJ, DE 20 DE MAIO DE 2019.

Acrescenta dispositivos à Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 13 da Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido de parágrafo, com a seguinte redação:

"Art. 13. [...]"

Parágrafo único. Aos agentes de segurança institucional que se deslocarem para acompanhar:

I – o Procurador-Geral de Justiça, os Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e o Corregedor-Geral Substituto, o valor da diária estabelecido no art. 9º será acrescido de cem por cento;

II – o Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Secretário-Geral do Ministério Público e Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça ou da Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, em atividades administrativas ou correccionais, o valor da diária estabelecido no art. 9º será acrescido de cinquenta por cento." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 20 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1683/2019-PGJ, DE 15.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o art. 46 do Anexo I da Resolução nº 033/2018-PGJ, de 14 de dezembro de 2018,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, supervisionar as atividades da Assessoria de Comunicação do Ministério Público, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1701/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 26 e 27.9 e 30.10.2015, a serem usufruídos no período de 22 a 24.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1702/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Nova Alvorada do Sul, Maurício Mecelis Cabral, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Fátima do Sul, no dia 22.5.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1703/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul, no período de 22 a 24.5.2019, em razão de férias do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1704/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Andréa de Souza Rezende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Zona Eleitoral, no período de 22 a 24.5.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1705/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e no Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda, nos dias 20 e 21.5.2019, em razão de licença e férias das Promotoras de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca e Talita Zoccolaro Papa Muritiba.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1706/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 15ª Zona Eleitoral, em razão de licença da titular, Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Radamés de Almeida Domingos	20 e 21.5.2019
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	22.5 a 4.6.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 1680/2019-PGJ, DE 15.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, do cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Antonio Billó, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1681/2019-PGJ, DE 15.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Tatianna Castro Rocha para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na função de Chefe do Setor de Expediente do Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1682/2019-PGJ, DE 15.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Antonio Billó, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para exercer a Função de Confiança – FC4, símbolo MPFC-304, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1690/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 34/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente - Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Myrian Raquel Rodrigues da Silva (Processo PGJ/10/1003/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1691/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10.5 a 8.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1695/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder aos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR (A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Rafael Ademar Lemos de Moura	1º	15.4.2019
Ronaldo Guimarães de Avila Junior	1º	16.4.2019
Suellen Ribeiro Dias	2º	13.4.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1696/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Amanda Indarte e Silva Monteiro	2017/2018	21 a 30.5.2018	9 a 18.1.2019	17 a 26.6.2019	

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Guilherme da Matta Massarotto	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 3050/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Zucarelli Rezende	2017/2018	5 a 24.11.2018	10 a 19.6.2019		

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2017/2018	19 a 28.11.2018	29.10 a 7.11.2019		4 a 13.3.2019
Carolina Pontes Andreussi	2017/2018	19 a 28.11.2018	29.10 a 7.11.2019		9 a 18.11.2018
Kelvin Alexandre Garcia	2017/2018	5 a 14.12.2018	8 a 17.7.2019		21 a 30.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elaine Cristina França Tavares Flor	2018/2019	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		10 a 19.12.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	8 a 17.7.2019		20 a 29.1.2020
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2017/2018	15 a 24.7.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Isabela Castro Almeida	2016/2017	16 a 25.1.2019	10 a 19.6.2019		28.1 a 6.2.2019
Jackeline Nunes Lechuga	2017/2018	23.1 a 1º.2.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019
Karl Frederick Aleksander Phillip de Figueiredo Rocha	2016/2017	4 a 13.12.2018	24.6 a 3.7.2019		8 a 17.7.2019
Natascha Junko Sakamoto Costa	2017/2018	1º a 10.7.2019	4 a 13.12.2019		7 a 16.1.2019
Nazira Quintana Hamer	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		30.1 a 8.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz Almeida Ribeiro	2017/2018	11 a 20.2.2019	15 a 24.7.2019		1º a 10.2.2019
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2017/2018	1º a 10.4.2019	22 a 31.7.2019	1º a 10.10.2019	
Juliana Spengler Vavas	2014/2015	8 a 17.4.2019	24.6 a 3.7.2019		11 a 20.2.2019
Keyla Pereira Yoshimura	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.7.2019		2 a 11.3.2019
Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra	2017/2018	22 a 31.1.2019	17 a 26.6.2019	14 a 23.10.2019	

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fábio Maick da Silva	2015/2016	11 a 20.3.2019	19 a 28.6.2019		29.6 a 8.7.2019
Isabela Stefanés Pacheco	2018/2019	10 a 19.6.2019	10 a 19.12.2019		13 a 22.3.2019
Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz	2017/2018	13 a 22.5.2019	4 a 13.9.2019		11 a 20.3.2019
Laura Aparecida Soares Pedroso	2017/2018	18 a 27.3.2019	6 a 15.5.2019		9 a 18.4.2019
Sandra de Campos	2013/2014	6 a 25.5.2019			21 a 30.1.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2018/2019	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019		6 a 15.5.2019
Felipe Augusto da Cruz	2017/2018	3 a 12.4.2019	10 a 19.6.2019	1º a 10.10.2019	
Karina Soares Loureiro	2018/2019	6 a 15.5.2019	1º a 10.10.2019		22.4 a 1º.5.2019
Lourdes Paim de Moraes	2017/2018	8 a 17.4.2019	12 a 31.8.2019		

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andrea Rocha Benetti	2016/2017	6 a 15.5.2019	16 a 25.10.2019		20 a 29.5.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luana Nunes da Costa	2016/2017	17 a 26.7.2019	5 a 14.11.2019		3 a 12.6.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Amanda Indarte e Silva Monteiro	2017/2018	21 a 30.5.2018	9 a 18.1.2019	10 a 19.6.2019	

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Guilherme da Matta Massarotto	2017/2018	7 a 16.1.2019	26.6 a 5.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 3050/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luciana Zucarelli Rezende	2017/2018	5 a 24.11.2018	14 a 23.8.2019		

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2017/2018	19 a 28.11.2018	26.11 a 5.12.2019		4 a 13.3.2019
Carolina Pontes Andreussi	2017/2018	19 a 28.11.2018	26.11 a 5.12.2019		9 a 18.11.2018
Kelvin Alexandre Garcia	2017/2018	5 a 14.12.2018	9 a 18.9.2019		21 a 30.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Elaine Cristina França Tavares Flor	2018/2019	7 a 16.1.2019	10 a 19.12.2019		3 a 12.6.2019
Elizangela Cristina Paes da Silva	2016/2017	8 a 17.1.2019	20 a 29.5.2019		20 a 29.1.2020
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2017/2018	1º a 10.7.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Isabela Castro Almeida	2016/2017	16 a 25.1.2019	29.7 a 7.8.2019		28.1 a 6.2.2019
Jackeline Nunes Lechuga	2017/2018	23.1 a 1º.2.2019	3 a 12.6.2019		7 a 16.1.2019
Karl Frederick Aleksander Phillip de Figueiredo Rocha	2016/2017	4 a 13.12.2018	24.6 a 3.7.2019		27.5 a 5.6.2019
Natascha Junko Sakamoto Costa	2017/2018	8 a 17.7.2019	4 a 13.12.2019		7 a 16.1.2019
Nazira Quintana Hamer	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		30.1 a 8.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz Almeida Ribeiro	2017/2018	11 a 20.2.2019	13 a 22.5.2019		1º a 10.2.2019
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2017/2018	1º a 10.4.2019	15 a 24.7.2019	1º a 10.10.2019	
Juliana Spengler Vavas	2014/2015	8 a 17.4.2019	3 a 12.6.2019		11 a 20.2.2019
Keyla Pereira Yoshimura	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	5 a 14.11.2019		2 a 11.3.2019
Pâmella Polli Curcino da Silva Dutra	2017/2018	22 a 31.1.2019	14 a 23.10.2019		17 a 26.6.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fábio Maick da Silva	2015/2016	11 a 20.3.2019	24.6 a 3.7.2019		4 a 13.7.2019
Isabela Stefanés Pacheco	2018/2019	27.11 a 6.12.2019	10 a 19.12.2019		13 a 22.3.2019
Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz	2017/2018	13 a 22.5.2019	8 a 17.7.2019		11 a 20.3.2019
Laura Aparecida Soares Pedroso	2017/2018	18 a 27.3.2019	23.9 a 2.10.2019		9 a 18.4.2019
Sandra de Campos	2013/2014	20.5 a 8.6.2019			21 a 30.1.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2018/2019	8 a 17.4.2019	1º a 10.10.2019		6 a 15.5.2019
Felipe Augusto da Cruz	2017/2018	3 a 12.4.2019	24.6 a 3.7.2019	1º a 10.10.2019	
Karina Soares Loureiro	2018/2019	14 a 23.8.2019	1º a 10.10.2019		22.4 a 1º.5.2019
Lourdes Paim de Moraes	2017/2018	8 a 17.4.2019	23.9 a 12.10.2019		

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Andrea Rocha Benetti	2016/2017	13 a 22.5.2019	16 a 25.10.2019		23.5 a 1º.6.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luana Nunes da Costa	2016/2017	15 a 24.7.2019	5 a 14.11.2019		3 a 12.6.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1697/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Cesar da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 9 (nove) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 2 a 10.5.2019, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1698/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 15.5.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1699/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Patrícia Lima Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.4 a 20.5.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1700/2019-PGJ, DE 16.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Pedro Queiroz Matheus, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.5 a 5.6.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 1717/2019-PGJ, DE 17.5.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Léa Catarina Iunes Garcia, por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, com a redação dada pela Portaria nº 847/2019-PGJ, de 12.3.2019, que seriam usufruídas no período de 21 a 30.3.2019, a serem usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2019, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 7/2019-CPJ, DE 20 DE MAIO DE 2019.**

Altera a Resolução nº 1/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018, que fixa o quantitativo de membros agregados aos órgãos da Administração Superior e de apoio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, incisos XXII e XXIII, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 1/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º [...]

Parágrafo único. Os limites constantes das tabelas dos anexos I, II, III e IV não se aplicam aos membros agregados sem prejuízo das funções." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 20 de maio de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 28 DE MAIO DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Ofício nº 0020/2019/14PJ/CGR, de 3.5.2019.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**1. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003911-8.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003236-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003272-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003909-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004039-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004412-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000075-2.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001704-6.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002125-4.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000332-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002516-1.

6. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001400-9.

7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001758-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004722-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000830-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000770-1.

8. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004105-7.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000512-5.

10. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004320-4.

11. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001405-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001402-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001400-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001404-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004661-2.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001840-5.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002060-7.

2. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002098-4.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000723-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000506-5.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000899-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002063-0.

3. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000860-3.

4. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001172-6.

6.3.3. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000000163-9.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000146-2.

6.3.4. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000132-9.

6.3.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**a. Expedientes retirados de pauta na reunião do dia 14.5.2019, por ausência justificada do relator:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000600-5.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003429-3.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000502-1.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001055-7.

6.3.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.000001155-6.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2017.000002057-3.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2017.000002128-3.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.000000100-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva ad referendum do Conselho Superior sobre a seguinte Portaria:**

1. Portaria nº 1575/2019-PGJ, de 7.5.2019. Conceder ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Direito Civil”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo prazo inicial de 3 (três) dias, a partir de 13.5.2019, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 001/2016-CSMP, de 20.9.2016.

7.1.2. Promoção:

1. Processo PGJ/10/1847/2019

Expediente: Aviso nº 9/2019/CSMP, de 26.4.2019, publicado no DOMP/MS nº 1957, de 29.4.2019.

Assunto: Promoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, segunda entrância.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Matheus Carim Buckner, Allan Thiago Barbosa Arakaki, Paulo Henrique Mendonça de Freitas e Gustavo Henrique Bertocco de Souza.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003582-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar se a Administração Pública Municipal dispõe atualmente de controle patrimonial eficiente e, em caso negativo, recomendar e acompanhar a sua implementação.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000615-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Água Clara

Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes do contrato nº 13/2015, que sucedeu procedimento licitatório visando à realização de pavimentação asfáltica da avenida Benevenuto Ottoni.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000106-1 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000381-5 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000457-3 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000902-4 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003233-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades na contratação de aluguel de lousas digitais pelo Município de Naviraí.

7.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000517-9 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000783-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório e contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000422-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Antônio – Luiz Maragno

Assunto: Apurar possível degradação ambiental, consistente na exploração de vegetação nativa, sem autorização ambiental no imóvel rural denominado

Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Luiz Maragno, no município de Nioaque/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002979-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Néri Teixeira da Rosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,57 ha, sem autorização ambiental, ocorrido na propriedade identificada por CARMS n. 47.820, situada em Coxim, pertencente a Néri Teixeira da Rosa.

5. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002517-2 – SIGILOS

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000472-9 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000220-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luciano Bassan

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Paraíso (Operação “ Cachorro-Vinagre”).

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001093-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento de 4,00 ha ocorrido em propriedade rural ainda não identificada, localizada no município de Nioaque/MS, conforme Parecer nº 133/16/NUGEO.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000378-1 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001441-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Recicla Vida

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado pela empresa Recicla Sidro, em razão de atividade de reciclagem sem o devido licenciamento ambiental.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003157-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente na supressão de 304,87 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, sem a devida autorização do órgão ambiental, noticiados no auto de infração nº 9145958 do IBAMA.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001734-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar danos ambientais noticiados pelos autos de infração n. 20717 e 20716 da PMA, ambos ocorridos na fazenda Pinta Verde, sob as coordenadas 21°20'12.4.6 - w 55°50'54.9".

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002856-9

7ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria e Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual responsabilidade dos Municípios de Três Lagoas e Selvíria no acolhimento institucional de pessoas portadoras de deficiência.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000326-0

2ª Promotoria de Justiça das Pessoas com Deficiência da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de falta de acessibilidade, em razão da inexistência de vaga de estacionamento reservada às pessoas portadoras de necessidades especiais, nas proximidades da igreja localizada na praça central desta cidade de Naviraí/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001208-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a degradação ambiental de área de preservação permanente localizada na Fazenda Recanto, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Euripes Soares Marques.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000112-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar a regularidade da inserção da frase "União e Trabalho" nos uniformes escolares por parte do Município de Camapuã.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003068-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000762-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Délia Godoy Razuk e Renato Oliveira Garcez Vidigal

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, em decorrência da ausência de repasse de verbas pelo Município de Dourados ao Hospital Universitário/HUGD.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003342-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventual existência de irregularidades no cumprimento da carga horária da servidora Anderlourdes Aparecida, a qual, além de presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, também é professora da rede municipal de educação.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000862-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Averiguar eventuais impactos ambientais de execução do projeto de drenagem de águas pluviais no loteamento Jardim Morumbi II, localizado em Glórias de Dourados.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001149-0 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001083-5 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

4. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000684-5 – SIGILOS

Procuradoria-Geral de Justiça

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000039-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerentes: Mayara Caroline Zancanaro Chaparro, Fernanda Regina de Andrade e Egnaldo de Oliveira Peixoto

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade relacionada à gestão do dinheiro público recebido por então dirigentes da Associação de Amigos dos Bombeiros de Nova Andradina.

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.0000867-3 – SIGILOS

50ª Promotoria da Comarca da Execução Penal da comarca de Campo Grande

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001935-9

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar falta de vagas em creches do Município de Paranhos-MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001414-9 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000279-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano causado ao meio ambiente no Lote 34 do Assentamento São José do Jatobá, em Paranhos/MS, em razão da destruição de fração de vegetação nativa sem a documentação necessária emitida por órgão ambiental, de acordo com a legislação ambiental vigente.

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2019-SEG/MPMS, DE 20 DE MAIO DE 2019.**

Institui o Regimento Interno da Comissão Interna de Conservação de Energia, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 02/2001-PGJ, de 16 de março de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Regimento Interno da Comissão Interna de Conservação de Energia do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DOS RESULTADOS ESPERADOS

Art. 1º A Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), tem por finalidade:

I – estudar procedimentos de consumo sustentável de energia e água e elaborar proposta à Secretaria-Geral de boas práticas no uso desses recursos, a serem adotadas nas dependências do MPMS;

II – promover campanhas educativas buscando combater os desperdícios de energia, em sentido amplo, por meio da racionalização do consumo de energia elétrica, sempre visando a redução de custos e investimentos setoriais, de modo a aumentar a eficiência energética;

III – fomentar o engajamento da população interna do MPMS (membros, servidores, empregados terceirizados, menores aprendizes e estagiários), buscando um objetivo comum, por meio de esforço coletivo e/ou individual, com a implementação de ações e medidas que demandem mudanças de hábito e cultura no sentido de racionalizar e otimizar o consumo de energia;

IV – propor as seguintes medidas no sentido de conscientizar a população interna:

- a) colocar na tela de inicialização dos computadores papel de parede contendo avisos quanto a ações diárias e diretas de consumo sustentável de energia elétrica;
- b) disponibilizar, no Sistema Informatizado do Ministério Público, informações úteis para conscientização, quanto a redução do consumo de energia e uso racional de água;
- c) limitar a utilização dos equipamentos e dispositivos elétricos, como luminárias, computadores e aparelhos de ar-condicionado somente às dependências que estejam ocupadas;
- d) limpar o filtro do ar-condicionado na periodicidade recomendada pelo fabricante, evitando que a sujeira prejudique a saúde dos usuários e o rendimento do aparelho, bem como cause acréscimo no consumo de energia;
- e) desligar o ar-condicionado em ambientes não utilizados ou que fiquem longo tempo desocupados;
- f) elaborar e distribuir cartilhas com orientações para servidores e terceirizados, nas unidades das Promotorias de Justiça;

V – acrescentar ao escopo de contratação e elaboração de projetos de reforma e construção das edificações do MPMS a obrigatoriedade da aplicação dos Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C), com fins de adesão ao Programa Brasileiro de Etiquetagem em Edificações (PBE Edifica) do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel);

VI – estabelecer orientações, direcionamento, ações e controles sobre os recursos econômicos, materiais e humanos, para a relação consumo/produto, reduzindo os índices globais e específicos da quantidade de energia necessária para obtenção do mesmo resultado;

VII – investir em medidas a serem adotadas para a redução do consumo de energia elétrica e água, bem como otimizar as ações coletivas e individuais para tanto, conforme segue:

- a) efetuar levantamento das características de consumo de energia e de água de todo o MPMS e dos perfis de consumo de cada edificação;
- b) auxiliar o Departamento de Engenharia (Deng) na elaboração dos projetos de construção, ampliação e/ou reformas, sob a ótica da eficiência energética e de acordo com o interesse e disponibilidade da Administração Superior;
- c) substituir as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED ou outras que sejam de menor consumo e melhor eficiência luminosa;
- d) avaliar o acionamento remoto e automatizado dos sistemas de ar-condicionado centrais, levando em conta a temperatura ambiente, os horários de funcionamento dos edifícios e os horários de ponta, de tarifação diferenciada;
- e) escolher e especificar equipamentos mais eficientes;
- f) especificar e adquirir sistemas para medição do consumo de energia e água, em tempo real, possibilitando o acesso remoto às informações e permitindo a identificação precoce de vazamentos, fugas de energia, desperdícios e não idealidades no fornecimento de energia e água;
- g) orientar os usuários quanto às boas práticas de uso dos dispositivos e equipamentos para menor consumo de energia, como a faixa de temperatura de operação do ar-condicionado, horários de acionamento e desligamento das iluminações comuns (em corredores, escadas, entre outros);
- h) promover auditoria energética em um prédio a ser fixado como modelo, por meio de iniciativas como implementar medidas e parâmetros de controle, e apresentar os resultados obtidos nas esferas econômica e socioambiental `Administração Superior, para verificação acerca da possibilidade de replicação e ampla divulgação;
- i) quantificar, avaliar, sugerir e promover investimentos na substituição dos equipamentos utilizados pelo MPMS, como geladeiras e fornos, para modelos mais eficientes, além de otimizar o uso destes;

VIII – adicionalmente às ações de eficiência energética nos projetos das obras no MPMS, auxiliar com projetos e informações para implementação do sistema de cogeração de energia elétrica com o uso de fontes alternativas de energia, em especial a energia solar;

IX – alcançar os seguintes resultados:

- a) redução do consumo de energia e de água e, conseqüentemente, dos valores pagos pelo MPMS, estabelecendo-se metas objetivas para o devido acompanhamento das ações;
- b) eliminação de pagamento de eventuais multas ou sanções de natureza qualquer em decorrência do consumo excessivo de energia;
- c) elaboração de estudos e documentações necessários para a inscrição em programas de incentivo e de aporte financeiro dos governos Federal, Estadual e das concessionárias de energia e de água;
- d) identificação de anormalidades no consumo de água e energia em cada localidade, permitindo a detecção precoce de eventuais fugas de energia ou vazamentos de água;
- e) aumento na vida útil dos equipamentos de ar-condicionado, geradores, transformadores, válvulas, tubulações e demais itens afins, reduzindo-se a quantidade de falhas em seu funcionamento;
- f) disseminação de conhecimentos e práticas de eficiência energética para a população interna, por meio de panfletos, palestras e avisos no *website* do MPMS, com as ações e orientações da CICE;
- g) obtenção do Selo Procel Edificações nos novos edifícios do MPMS, quando aplicável.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º A CICE será composta por no máximo 7 (sete) membros efetivos, designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º O Presidente da Comissão será escolhido dentre os membros efetivos pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O Secretário da Comissão será escolhido dentre os membros efetivos pelo Presidente da Comissão.

Art. 3º A investidura dos membros da CICE não excederá a 2 (dois) anos, permitida a recondução de apenas 2/3 seus membros no período subsequente.

Parágrafo único. Durante o mandato, o membro poderá ser substituído a pedido do próprio interessado ou por força do art. 4º deste Regimento.

Art. 4º A ausência injustificada de qualquer membro da CICE, por 3 (três) reuniões sucessivas, ou 4 (quatro)

alternadas, no período de 1 (um) ano, bem como a reiterada prática de conduta desidiosa e/ou desrespeitosa ensejarão sua substituição, mediante pedido do Presidente à Secretaria-Geral.

Parágrafo único. A justificativa de ausência do membro nas reuniões ou execução dos trabalhos da Comissão deverá ser encaminhada por escrito, via *e-mail*, ao Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º A CICE funcionará na Procuradoria-Geral de Justiça ou, quando não possível seu funcionamento nesta, em outro prédio do Ministério Público Estadual.

Art. 6º As deliberações da CICE serão feitas em suas reuniões e formalizadas em atas a serem disponibilizadas na rede do servidor na pasta “CICE”.

Art. 7º A CICE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, de acordo com o art. 11 deste Regimento.

Art. 8º As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão serão estabelecidas de acordo com cronograma mensal a ser proposto e aprovado pelos integrantes em reunião ordinária.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 9º Ao Presidente da CICE incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão, especificamente:

- I – convocar, coordenar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, ou designar quem o faça;
- II – consolidar a pauta das reuniões;
- III – representar a CICE junto aos órgãos da Administração Superior do MPMS;
- IV – delegar atribuições aos demais membros;
- V – convidar, por indicação dos membros da CICE, autoridades ou técnicos a comparecerem às reuniões, para ofertarem esclarecimentos ou subsídios, sem direito a participação nas deliberações;
- VI – fazer cumprir este Regimento;
- VII – decidir sobre questões omissas neste Regimento;
- VIII – designar membro efetivo para compor a secretaria da Comissão;
- IX – elaborar e apresentar à Secretaria-Geral, mensalmente, relatório das atividades da Comissão;
- X – dar encaminhamento às deliberações da Comissão.

Seção I **Das atribuições dos membros**

Art. 10. Aos membros efetivos da CICE incumbe:

- I – participar das reuniões, discutir e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta;
- II – cumprir os objetivos e as atribuições da Comissão;
- III – participar, conforme deliberação em reunião, de grupo de trabalho;
- IV – participar das atividades da Comissão, mantendo a presidência informada sobre assuntos que possam potencializar seus resultados;
- V – zelar pela implantação e divulgação das ações deliberadas pela Comissão;
- VI – encaminhar, com antecedência, sugestões de pauta ao Secretário da Comissão;
- VII – propor à Comissão, sempre que necessário, o aperfeiçoamento da normatização das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 11. A Comissão reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por mês; e

II – extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação do Presidente ou por solicitação de qualquer um dos membros da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Da convocação extraordinária constará a pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 2º Qualquer matéria urgente ou de alta relevância poderá, a critério do Presidente, ser colocada em discussão ainda que não conste da pauta de convocação.

§ 3º Ao Presidente caberá decidir nas hipóteses em que não for alcançado o consenso, cabendo-lhe o voto de desempate.

§ 4º A Comissão deliberará por maioria simples dos membros presentes.

§ 5º As deliberações da Comissão, quando necessário, serão encaminhadas para aprovação à Secretaria-Geral, o qual poderá, a qualquer tempo, revê-las.

§ 6º O membro que não puder comparecer a uma reunião deverá comunicar ao Presidente, na forma do parágrafo único do art. 4º deste Regimento, sob pena de ser considerado faltoso.

§ 7º O membro proponente da reunião extraordinária deverá apresentar ao Presidente, para conhecimento e aprovação, os assuntos de pauta propostos.

§ 8º O Secretário da Comissão, após deliberação da presidência, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deverá encaminhar a proposta de reunião extraordinária e os itens da pauta aos demais membros.

Art. 12. As reuniões serão realizadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, em local a ser previamente definido, ressalvadas as hipóteses de deslocamentos mediante prévia autorização da Secretaria-Geral.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O prazo para que os trabalhos da CICE sejam concluídos é de 1 (um) ano a contar da publicação desta Ordem de Serviço, admitindo-se sua prorrogação por igual período mediante interposição de justificativa.

Art. 14. As convocações deverão ser acompanhadas de pauta de reunião e, quando for o caso, de documentos ou relatórios que possibilitem o entendimento do tema a ser abordado.

Campo Grande, 20 de maio de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MPMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002276 DE 16.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1945/2019.

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 6/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de cartão de visita, papel couché fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 30).

Valor: R\$ 98,00 (noventa e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002276 de 16.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME
Processo nº PGJ/10/2736/2018

Contrato nº 75/PGJ/2018

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.552.012/0001-48, Inscrição Estadual nº 13.697.468-6, com sede na Rua M-5, nº26, Quadra 20, sala 04, Bairro Parque Cuiabá, CEP 78.095-398 sediada em Cuiabá/MT, representada por **Nixon Vieira Franco**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 05459312852 DNT-MT e do CPF/MF nº 013.831.641-42, do teor da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 144-147, do Processo nº PGJ/10/2736/2018, cujo dispositivo é o que segue, **para oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988, e no artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993: (...) *Destarte, acolhendo a fundamentação do parecer jurídico e o relatório do gestor e fiscal da contratação, APLICO as sanções de multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado (serviço não executado) e multa por inexecução parcial do objeto de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado (serviço não executado), por descumprimento da Cláusula Oitava, subitem 8.2.1, do Contrato nº 75/PGJ/52018, combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Assim, DETERMINO a remessa dos autos à Secretaria de Administração para providenciar a intimação da empresa NV Franco Comércio e Serviços de Informática e Climatização Eireli – ME dessa decisão, tanto por meio pessoal, quanto por meio de publicação no Diário Oficial do Ministério Público (extrato de penalidade), concedendo-lhe o prazo para oferecimento de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93, bem como notificando-a para que proceda ao recolhimento do valor referente às multas aplicadas. Após, retornem conclusos para que, seguindo os preceitos da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seja incluído o registro da penalidade aplicada no SICAF-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, bem como para que a empresa seja comunicada deste registro. INTIMA-SE, ainda, a adimplir voluntariamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação, a sanção de multa moratória aplicada no patamar de 10% (um por cento) sobre o valor dos equipamentos não entregues/serviços não executados, correspondendo ao valor de R\$ 263,50 (duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos); bem como a sanção de multa por inexecução parcial do objeto aplicada no patamar de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, correspondendo ao valor de R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais), perfazendo o valor total a ser pago de R\$ 790,50 (setecentos e noventa reais e cinquenta centavos). O valor total de R\$ 790,50 (setecentos e noventa reais e cinquenta centavos) deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/2736/2018 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis. Além disso, o Processo nº PGJ/10/2736/2018 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.*

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****EDITAL N. 0034/2019/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000745-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar irregularidades ambientais na região de banhado e nascente do Rio Perdido, mais precisamente na Fazenda Baía das Garças.

Bonito – MS, 17 de maio de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

COXIM**EDITAL Nº 0027/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000766-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim/MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo urbano, tendo em vista a notícia de que a Prefeitura Municipal de Coxim está promovendo a abertura de uma rua em área utilizada há mais de 40 (quarenta) anos pela população para prática de esportes, lazer e eventos.

Coxim/MS, 16 de maio de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0028/2019/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001734-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alcínópolis.

Assunto: Fiscalização do CMDCA de Alcínópolis e Efetivação do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Coxim/MS, 17 de maio de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0029/2019/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001731-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Coxim.

Assunto: Fiscalização do CMDCA de Coxim e Efetivação do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Coxim/MS, 17 de maio de 2019

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

RECOMENDAÇÃO 0007/2019/01PJ/RRP

SAJMP nº 06.2017.00001187-4

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça *in fine* assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em especial com fundamento nos artigos 37, § 3º, inc. II e 129, inciso II, III, VI todos da Constituição Federal; artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, incisos I, “b”, e II, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigos 5º e 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, Resolução do CNMP nº 164, de 28 de março de 2017 e art. 8º, incisos II e IV, e art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, que autoriza expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, expor e recomendar, para fins de conhecimento, o que segue:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 deu nova roupagem ao Ministério Público, quebrando o paradigma existente até a Constituição de 1967, garantindo-lhe autonomia e independência funcional em relação Poderes da República;

CONSIDERANDO que a Constituição Democrática de 1988 delineou o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127);

CONSIDERANDO “*que com base na interpretação lógica e na sua correta e perfeita relação com a interpretação teleológica, verifica-se que a Constituição, ao estabelecer que o Ministério Público é instituição permanente, está demonstrando que a Instituição é cláusula pétrea, que recebe proteção total contra o poder reformador, ao mesmo tempo em que impõe a sua concretização social como função constitucional fundamental*”¹ (7.);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, da CF);

CONSIDERANDO que a promoção de inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos é função institucional do *Parquet*;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a Carta Política de 1988 não só fixou importantíssimas funções ao *Parquet* no sentido de defender os interesses de maior valia à sociedade brasileira, como também lhe deu eficazes ferramentas para o cumprimento dessas funções;

CONSIDERANDO as normas contida na Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, prevê em seu art. 6º, inciso XX, que compete ao Ministério Público da União: XX - expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que o art. 27 da Lei 8.625/93 determina que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO a necessidade da instrumentalização da atuação resolutiva do Ministério Público, definida conforme artigo 1º, §1º, da Recomendação nº. 54, de 28 de Março de 2017, como: *aquela por meio da qual o membro, no âmbito de suas atribuições, contribui decisivamente para prevenir ou solucionar, de modo efetivo, o conflito, problema ou a controvérsia envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o Ministério Público, bem como para prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a esses direitos ou interesses e efetivar as sanções aplicadas judicialmente em face dos correspondentes ilícitos, assegurando-lhes a máxima efetividade possível por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos que lhe são disponibilizados para a resolução extrajudicial ou judicial dessas situações;*

CONSIDERANDO que o disposto no supramencionado artigo fora abarcado integralmente pela Lei Complementar Estadual nº. 72, de 18 de janeiro de 1.994 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

¹ ALMEIDA, Gregorio Assagra de. *O Ministério Público no neoconstitucionalismo: perfil constitucional e alguns fatores de ampliação de sua legitimação social*. In: FARIAS, Cristiano Chaves de; ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ROSENVALD, Nelson (organizadores). *Temas atuais do Ministério Público*. 3ª. Ed. rev. ampl. atual. Salvador : Juspodivm, 2012.p. 60.

do Sul, tendo sido reproduzido em seu artigo 29, inciso IV;

CONSIDERANDO que, conforme definição constante na Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos do art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO “*que o estado de direito é um estado constitucional. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma ordem jurídico-normativa fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. A constituição confere à ordem estadual e aos atos dos poderes públicos medida e forma. Precisamente por isso, a lei constitucional não é apenas – como sugeria a teoria tradicional do estado de direito – uma simples lei incluída no sistema ou no complexo normativo-estadual. Trata-se de uma verdadeira ordenação normativa fundamental dotada de supremacia – supremacia da constituição – e é nesta supremacia normativa da lei constitucional que o (primado do direito) do estado de direito encontra uma primeira e decisiva expressão*”²;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o artigo 3º, da Lei nº. 8.666/1993, estabelece que “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que Hely Lopes Meirelles conceitua Licitação como sendo “o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fatos de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”;

CONSIDERANDO que o artigo 54, *caput*, da Lei nº. 8.666/1993, prescreve que: “os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, reza que: “a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses” (grifo nosso);

CONSIDERANDO que nas lições de Alessandro Dantas Coutinho e Ronald Kruger Rodor “por serviços a serem executados de forma contínua entenda-se aqueles que, por serem imprescindíveis às atividades do órgão ou da entidade pública, não devem ser paralisados. São aqueles, que segundo o posicionamento do Tribunal de Contas da União, caracterizados pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarreta prejuízos ou danos insuperáveis”³;

CONSIDERANDO que o Pregão Presencial nº. 036/2014 - Processo Licitatório nº. 072/2014 foi realizado pelo Município de Ribas do Rio Pardo, foi realizado na modalidade menor preço, objetivando “a seleção de proposta mais vantajosa para Administração Pública, visando à contratação de empresa especializada na execução de serviço de

² In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª. Ed. 14 reimp. Edições Almedina : Coimbra – Portugal – 2007. p.245-246

³ COUTINHO, Alessandro Dantas e RODOR, Ronald Kruger. *Manual de Direito Administrativo*. Vol. Ún. Método. 2015. São Paulo-SP. Pág. 653.

transporte de passageiros sob regime de fretamento para transportar estudantes universitários para atendimento à Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a inverossimilhança de se interpretar juridicamente como situações análogas de prestação de serviços executados de forma contínua, o fornecimento de transporte escolar com o fornecimento de transporte universitário para acadêmicos de universidades situadas em outro município;

CONSIDERANDO ser fato público e notório, que o Município de Ribas do Rio Pardo realiza todos anos processo licitatório para contratação de empresas prestadoras de serviços de transporte escolar rural, cujo dever lhe é atribuído pelo artigo 11, inciso VI, da Lei nº. 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO que valendo-se do fundamento de ter o serviço de transporte universitário para outro município natureza jurídica de prestação contínua, bem como, da Licitação na modalidade Pregão Presencial 036/2014 - Processo Licitatório nº. 072/2014, Contrato nº. 113/2014, o Município de Ribas do Rio Pardo já prorrogou o prazo de vigência do referido contrato por 07 (sete) vezes, inclusive, com modificação do valor originário;

CONSIDERANDO que na hipótese de utilização das prorrogações de prazo do contrato por até 60 (sessenta) meses de que trata o artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, tal prazo no presente caso encontra-se prestes a esvaír-se;

E, CONSIDERANDO, por fim, as informações contidas no bojo do Inquérito Civil nº 06.2017.00001187-4, dando conta de possíveis irregularidades ocorridas na contratação da empresa Viatur Transporte e Turismo Eireli EPP;

RESOLVE RECOMENDAR:

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO, PAULO CÉSAR LIMA SILVEIRA, que:

- Para garantia dos princípios e normas dispostos na Lei nº. 8.666/1993, realize nova Licitação para contratação de empresa para prestação do serviço de transporte universitário no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da presente recomendação;
- Comunique-se a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 03 (três) dias, sobre as providências adotadas.

Adverta-se que o descumprimento injustificado da presente Recomendação acarretará o manejo da ação judicial cabível para anulação dos atos lesivos ao patrimônio público, sem prejuízo da responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário oficial do Ministério Público:

- Ao Presidente da Câmara de Vereadores da Comarca, para fins de conhecimento;

Por fim, notifique-se o destinatário de que deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como informar a esta Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo, no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento do presente, o acatamento ou não da presente e, em caso positivo, encaminhar cópia da documentação comprobatória.

Ribas do Rio Pardo, *data da assinatura digital*.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0032/2019/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00000621-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa J. REMONATTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, mediante tomada de preços, para o fim de prestar consultoria administrativa em licitações e recursos humanos, inobstante o Município já possua Procuradoria Jurídica.

Terenos/MS, 13 de maio de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0033/2019/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00000533-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível omissão do Município de Terenos consistente na fiscalização do cumprimento da Lei Municipal n. 907/2005.

Terenos/MS, 13 de maio de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0012/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado: Inquérito Civil nº 06.2019.00000765-6.

Requerente: Sigiloso.

Requerido(s): Sigiloso.

Assunto: Sigiloso.

Anaurilândia/MS, 16 de maio de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

DEODÁPOLIS

EDITAL N° 0016/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil N° 06.2018.00003464-9

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2018.00003464-9.

Noticiante: Sigiloso.

Interessado: Sigiloso.

Objeto: Sigiloso.

Deodápolis/MS, 17 de maio de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça, em substituição legal

EDITAL N° 0017/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil N° 06.2019.00000514-7

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n° 06.2019.00000514-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, n° 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público Estadual, Anônimo.

Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis.

Objeto: "apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente, em tese, no superfaturamento do Contrato Administrativo n° 9/17 - Processo Licitatório 11/2017 - Pregão Presencial n° 1/2017, firmado entre a Câmara de Vereadores de Deodápolis/MS e a empresa Jailson Coutinho - ME".

Deodápolis/MS, 20 de maio de 2019.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça, em substituição legal.